

Indicadores Econômicos

Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), calculado pelo IBGE, apresentou variação de 0,50% em abril, ficando 0,27 % acima da taxa de março (0,23%) e 0,04% maior do que a taxa de abril de 2014 (0,46%). O índice acumulado de janeiro a abril foi de 1,12%. Nos últimos doze meses a taxa situou-se em 5,30%, pouco acima dos 5,26% registrados nos doze meses imediatamente anteriores. Para integra: <http://goo.gl/5830EB> - Fonte: Portal IBGE.

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor, após registrar estabilidade em março, recua 1,0%, em abril, para 99 pontos. Com isso, o INEC acumula queda de 9,3% no ano e está 8,9% menor do que o registrado em abril de 2014. Para integra: <http://goo.gl/KCt1W1>
Fonte: Portal da Indústria/CNI – Indicadores CNI – INEC - Índice Nacional de Expectativa do Consumidor.

Índice de Confiança do empresário Industrial de abril mantém-se no menor patamar da série histórica, mas aumentou na comparação com março. O ICEI cresceu 1,0 ponto em abril, ficando em 38,5. O crescimento da confiança deve-se à melhora das expectativas dos empresários. Para integra: <http://goo.gl/E8rnZP> - Fonte: Portal da Indústria/CNI – Indicadores CNI – INEC – Índice de Confiança do empresário Industrial.

Sondagem Indústria da Construção CNI/CBIC/FIERN, da primeira quinze de abril, mostra que a atividade do setor permaneceu retraída, embora tenha aumentado 5,51%, ao passar de 34,5 para 36,4 pontos, este permanece abaixo de 50 pontos. Para integra: <http://goo.gl/m3AYCr> - Fonte: Portal do Sistema FIERN.

Agenda do Sistema FIERN

19h - 21 de maio de 2015

Lançamento do livro *Dom Eugênio Sales em Natal: fé e política*.

Org. Safira Bezerra, Marcos Guerra e Otto Santana.

Local: FIERN – Auditório.

Interesse MPE

Camex triplica limite para enquadramento de microempresa exportadora

As empresas que exportam até US\$ 3 milhões por ano poderão ser enquadradas no conceito de micro, pequena e média empresa. A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou o aumento do limite anual de exportação para o enquadramento dessas empresas. Até agora, o teto correspondia a US\$ 1 milhão anual em vendas externas.

A mudança, definida no dia 05.05, permitirá que mais companhias tenham acesso ao Seguro de Crédito à Exportação, que fornece garantias ao financiamento a compradores de mercadorias brasileiras no exterior. O seguro só é permitido a empresas que faturem até R\$ 90 milhões por ano, limite mantido pela Camex.

A medida havia sido aprovada, em novembro, pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, mas dependia do aval da Camex para entrar em vigor. A Agência Brasileira de Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, órgão que administra os fundos garantidores federais, já havia promovido as mudanças necessárias para a elevação do teto, o que permitirá que os novos limites entrem em vigor imediatamente. Para integra: <http://goo.gl/o510IX> - Fonte: Portal Agência EBC Brasil.

Tribunais investigam licitações por desrespeito às pequenas

Os 34 Tribunais de Contas estaduais do País devem investigar os editais de licitações públicas para averiguar se estão sendo cumpridas as vantagens estabelecidas em Lei a favor das micro e pequenas empresas nas compras governamentais. O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Valdecir Pascoal, recomendou esse procedimento ao participar de seminário "Pense nas Pequenas Primeiro", promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), através do COMPEM/CNI, no último dia 29. "Nosso lema é fazer 'biópsia' nos atos de gestão, sem querer atrapalhar o gestor nem substituí-lo", afirmou Pascoal.

Para o presidente da Atricon, que também preside o Tribunal de Contas de Pernambuco, a análise preventiva dos editais facilitará a aplicação da legislação que beneficiam os pequenos negócios nas contratações públicas. O ato de fiscalizar, de acordo com Pascoal, é conferido aos Tribunais de Contas pela Constituição Federal. Ele explicou a parceria da Atricon com os TCEs para a efetividade do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e destacou as resoluções dos tribunais de contas, entre elas a Resolução 9 de 2014, que recomenda a fiscalização pelos TCEs, em auxílio às MPEs.

Para integra: <http://goo.gl/c8RcZi> - Fonte: Portal DCI – Diário, Comércio, Indústria e Serviços..

Excluído pagamento de auxílio-doença pela empresa nos primeiros 30 dias

Com a ajuda da base aliada, o Governo sofreu outra derrota em seu texto para a Medida Provisória 664/14. Um destaque, aprovado por 229 votos a 220, retirou a exigência de que o salário integral do trabalhador seja pago pela empresa nos primeiros 30 dias do afastamento por motivo de doença (auxílio-doença).

Assim, manteve-se a regra atual de pagamento do salário apenas nos primeiros 15 dias do afastamento da atividade.

Segundo o relator, o pagamento por 30 dias simplificaria os custos da empresa, que não teria de contratar temporariamente outro trabalhador nesse período. Vários parlamentares disseram, no entanto, que a regra estabelecida pela medida provisória inviabilizaria a atividade de empresas com poucos funcionários. "Algumas microempresas não suportariam essa mudança e entrariam em processo falimentar", disse o deputado Edmilson Rodrigues (PsoL-PA).

O líder do Governo, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a Medida Provisória do Imposto de Renda (670/15) trará uma mudança para o pagamento do auxílio-doença para a pequena e média empresa. Essas empresas terão de arcar com 20 dias do auxílio-doença em relação aos 30 dias que estavam previstos na MP 664/14. "Nenhum pequeno e médio empresário do Brasil, por essa medida, será prejudicado", disse. Para integra: <http://goo.gl/y0e6va> - Fonte: Portal Câmara Notícias.

Interesse Geral da Indústria

Mercado financeiro prevê inflação de 8,29% para 2015

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve terminar 2015 em **8,29%**, na avaliação de analistas e investidores do mercado financeiro. A estimativa está no boletim *Focus*, divulgado em 11.05.15 pelo Banco Central (BC). A projeção para o IPCA variou 0,03 ponto percentual em comparação à taxa de 8,26% da semana anterior. Para os **preços administrados** – que são os regulados pelo governo ou contrato, como o da gasolina e energia – é prevista alta de **13,2%**, acima da projeção de 13,06% da semana anterior. Para **2016**, analistas reduziram a previsão do IPCA de 5,6% para **5,51%**. A pesquisa prevê ainda para este ano atividade econômica ligeiramente mais retraída do que na pesquisa anterior. Os analistas mudaram a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e riquezas produzidos em um país), de queda de 1,18% para **retração de 1,2%**. A projeção de queda especificamente para a **produção industrial** foi mantida em **2,5%**.

A estimativa para o **câmbio** ao fim de 2015 permaneceu em **R\$ 3,20**. A previsão de fechamento da **Selic**, taxa básica de juros da economia, também continua igual, em **13,5%** ao ano. Atualmente, a Selic está em 13,25% ao ano. A estimativa da **dívida líquida** do setor público ficou em **37,95%** do PIB. A projeção do **déficit em conta-corrente**, que mede a qualidade das contas externas, elevou-se de US\$ 78,5 bilhões para **US\$ 80 bilhões**. O saldo projetado para a **balança comercial** passou de US\$ 4,02 bilhões para **US\$ 3 bilhões**. Os **investimentos estrangeiros** estimados subiram de US\$ 57,5 bilhões para **US\$ 59 bilhões**.

Para integra: <http://goo.gl/N3Hb0K> - Fonte: Portal EBC Agência Brasil.

| Informativo MPE FIERN | Informativo da Micro e Pequena Empresa - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

| Presidente da FIERN e COMPEM/CNI: Amaro Sales de Araújo.

| Presidente do COMPEM/FIERN: Heyder de Almeida Dantas.

| Para mais informações – Ernani Bandeira de Melo Neto – Assessor Técnico Corporativo - ernanibandeira@fiern.org.br.

| Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 2860 - Lagoa Nova - Natal/RN | CEP: 59075-900 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Seminário trata de políticas de fomento às micro e pequenas empresas

Debater melhorias nas políticas públicas voltadas às micros e pequenas empresas (MPEs) e aprender com as experiências internacionais de fomento à atividade empreendedora foram o cerne do 2º Seminário Pense nas Pequenas Primeiro, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), na quarta-feira, 29.04. Entre os temas abordados, estão os mecanismos para dar segunda chance ao empresário que não teve sucesso no primeiro negócio; as compras públicas como ferramenta de desenvolvimento das empresas de menor porte e o aperfeiçoamento das políticas desenhadas a elas.

O evento contou com participação do Presidente da CNI, Robson Braga, do presidente do COMPEM (Conselho da Micro e Pequena Empresa) e da FIERN, Amaro Sales, presidente do Sebrae, Luiz Barreto, presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, Jorginho Melo e do secretário-executivo da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, José Constantino.

Na abertura, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, ressaltou o papel das MPEs na geração de riquezas e no dinamismo econômico, mas lembrou que, em tempos de ajustes econômicos, “é fundamental definir uma agenda microeconômica que reduza os custos das empresas, aumente sua produtividade e melhore o ambiente de negócios”. Ele mencionou os avanços na agenda da desburocratização do país, capitaneados pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) e também grandes entraves à produção, como os efeitos na Norma Regulamentadora 12, que dispõe sobre a segurança de máquinas, sobre o setor produtivo.



O diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Luiz Barretto, chamou atenção para o poder das compras do Estado no fomento aos pequenos negócios, especialmente no desenvolvimento regional. “Este é um instrumento ainda pouco explorado no Brasil, que tem um potencial muito grande, que gera emprego e renda”, afirmou. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa prevê licitações exclusivas para pequenos negócios quando o valor da licitação é de até R\$ 80 mil.

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS - O primeiro painel do seminário trouxe palestrantes da Dinamarca e do Chile para mostrar como esses países lidam com as empresas em crise. Henrik Noes Piester apresentou o sistema Early Warning, desenvolvido na Dinamarca e modelo para a Europa. Nele, empresários e advogados experientes ajudam, voluntariamente, empresas em crise para evitar a falência. No caso dos negócios cuja recuperação é inviável, o programa dinamarquês auxilia o empreendedor a ter uma segunda chance.

“Levar as empresas ao processo legal de falência é muito mais custoso e demorado. Além disso, quando uma empresa se recupera, preservam-se os empregos, os investimentos e a sociedade”, analisou. De acordo com a instituição, o custo médio de recuperação de uma empresa é de 1,6 mil euros (R\$ 5,2 mil).

Não apenas na Europa existe a preocupação de dar suporte às empresas em crise. O Chile, por exemplo, modernizou recentemente a legislação que trata de recuperação de empresas. A superintendente de Insolvência e Recuperação do Ministério da Economia do Chile, Josefina Montenegro Araneda, explicou que a nova Lei era necessária para se adequar à nova realidade de negócios no mundo e no país.

A nova norma diminuiu consideravelmente o prazo para liquidar uma empresa e estabelece condições para a reorganização das empresas que podem reverter a crise. “Primeiro, mudamos os termos. Não falamos em quebrar, falamos em liquidar. Falido passou a ser devedor. Isso é importante para acabar com o estigma da falência. Segundo, reorganizar uma empresa e mantê-la em operação é um benefício para todos”, afirmou.

Interesse COMPEM/CNI



Amaro Sales conduz a segunda reunião ordinária 2015 do COMPEM/CNI

O presidente do Conselho da Micro e Pequena Empresa (COMPEM/CNI) e da Federação das Indústrias (FIERN), Amaro Sales de Araújo, conduziu na quinta-feira, 30.04, em Brasília, a segunda reunião ordinária do Conselho.

Esta edição contou com a participação do Superintendente do Sebrae-RN, Zeca Melo. O presidente da COMPEM/FIERN e diretor da FIERN, Heyder Dantas, também se fez presente ao evento.

Na pauta, temas importantes e atuais para o dia-a-dia das pequenas empresas, como terceirização, linhas de crédito, a Lei Anticorrupção e projetos de lei de interesse das micro no Congresso Nacional.

A Diretora Técnica do Sebrae Nacional, Heloísa Regina Guimarães, abordou a estratégia do Sebrae no apoio à micro e pequena empresa.



O Gerente Executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, fez uma exposição sobre as restrições no mercado de crédito para todos em um ano de ajuste e em especial para MPEs.

A questão da terceirização, em tramitação no Congresso, foi o tema tratado pela Gerente Executiva da Unidade de Relações do Trabalho da CNI, Sylvania Lorena.

Sobre o impacto nas MPEs da Lei Anticorrupção quem falou foi Renato de Oliveira Capanema, da Secretaria de Transparência e prevenção da Corrupção (STPC), da Controladoria-Geral da União da Presidência da República (CGU).

O Gerente de Informação e Estudos da Unidade de Assuntos Legislativos da CNI, Frederico Gonçalves Dezar, discorreu sobre a Agenda Legislativa e Projetos da Lei de Interesse das Micro e Pequenas Empresas Industriais.

Para íntegra: <http://goo.gl/WxHihH> Fonte: Portal Sistema FIERN.

